

AS DIFICULDADE E RESPONSABILIDADES NA PRODUÇÃO LITERÁRIA INDÍGENA

DIFFICULTIES AND RESPONSIBILITIES IN INDIGENOUS LITERARY PRODUCTION

Daniel Cervantes Angulo Vilarinho¹
Walace Rodrigues²
Valéria da Silva Medeiros³

RESUMO

O presente artigo visa discutir as dificuldades oriundas da produção literária e científica indígena no contexto educacional e cultural atuais. Objetiva refletir acerca da responsabilidade de tais autores na construção de documentos que registrem e preservem a ancestralidade e memória, além de constituírem espaços de luta e resistência inseridos em domínio do

1). Mestre em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto; Doutorando em Ensino de Língua e Literatura (PPGL), pela Universidade Federal do Tocantins - UFT Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário do Norte Paulista (UNORP) e graduação em História pela Faculdade de Ciências e Letras de Catanduva (FAFICA). E-mail: advcervantes@hotmail.com

2 Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Pós-graduado (*lato sensu*) em Educação Infantil pelo Centro Universitário Barão de Mauá - SP. Licenciado pleno em Educação Artística pela UERJ e com complementação pedagógica em Pedagogia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) e da Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura (PPGL). Pesquisador no grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins - GESTO, da Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: walace@uft.edu.br

³ Graduação em Inglês e Respective Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994), Especialização em Literatura Brasileira pela UERJ (1997), Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Estudos da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2002), Pós-Doutorado em Literatura Comparada pela Uerj (2008) e Pós-Doutorado em Teoria Literária pela PUC-Rio (2011). Atualmente é professora adjunta de Teoria da Literatura e Literatura Comparada na graduação em Letras e docente no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins ? Campus de Araguaína (Mestrado e Doutorado) e Mestrado Profissional Em Rede UFT, coordenadora do Observatório de Leitura e Inovações Tecnológicas para a Educação-TO UFT/CNPq e pesquisadora associada da Cátedra UNESCO PUC-Rio de Leitura e do iLer PUC-Rio .Coordenadora e responsável na UFT pelo Acordo de Cooperação Mútua para Implementação e Expansão da Rede de Estudos Avançados em Leitura - RELER, da Cátedra UNESCO de Leitura PUC-RIO. Professora Visitante (CAPES) na National University of Ireland - Galway (2019). Atua na área de Letras, com ênfase em Teoria da Literatura , Literatura Comparada, Literatura Irlandesa e Leitura, orientando principalmente nos seguintes temas: teoria literária, literatura comparada, literaturas de língua inglesa, romance policial, formação docente, ensino de literatura, , políticas públicas para o livro, a leitura e a biblioteca , Educação Prisional e estudos irlandeses. E-mail: valeria.medeiros@uft.edu.br

colonizador ocidental europeu. Propõe discussão acerca do papel das recentes políticas públicas de acesso universitário aos povos indígenas como ferramenta primordial na formação de escritores hábeis na transição da cultura oral para a escrita com a consequente preservação das especificidades culturais impostas e a consequente divulgação e preservação dos saberes desses povos, além de colaborar para sua sobrevivência.

Palavras-chave: Literatura indígena. Dificuldades. Espaços de luta e resitência.

ABSTRACT

The present article aims to discuss the difficulties arising from indigenous literary and scientific production in the current educational and cultural context. It aims to reflect on the responsibility of such authors in the construction of documents that register and preserve ancestry and memory, in addition to constituting spaces of struggle and resistance within the domain of the western European colonizer. Proposes discussion of the role of recent public policy college access for indigenous peoples as a key tool in the training of skilled writers in the transition from oral culture to written with the consequent preservation of imposed cultural specificities and the subsequent dissemination and preservation of knowledge of these peoples, in addition to contributing to their survival.

Keywords: Indigenous literature. Difficulties. Spaces of struggle and resistance.

1 INTRODUÇÃO

Compreender a literatura indígena é compreender sua cultura, seus valores, suas crenças e seu modo de viver, considerar a pluraridade cultural humana e considerar que a escrita ocorre não na língua mãe e sim numa segunda língua (que em nosso caso é o português) exigindo do autor a fluência em idioma diverso daquele onde foram contruídas suas memórias, além da

constituição de seu próprio ser, razão pela qual também devemos considerar a inexatidão da correspondência das palavras e dos signos, acarretando possivelmente numa incompreensão do leitor da real dimensão das dificuldades impostas para sua execução.

A literatura indígena sofre ainda uma outra limitação que trata-se da prevalência da oralidade na transmissão cultural, plataforma completamente diversa da utilizada na escrita e que por si só já impõe suas limitações e barreiras. Também devemos considerar que na maioria dos povos indígenas não é permitida a transmissão de sua cultura e religião à não iniciados (ou nativos/naturais) por questões de respeito dogmático a valores culturais e religiosos impostos pela próprio conjunto de dogmas sociais.

Outras barreiras que impõem são a falta de acesso a meios editoriais ditos científicos, cenário que tem mudado sensivelmente nos últimos anos em razão dos processos de inclusão universitária em seus diversos níveis, além da incompreensão de grande parcela da população da importância da escrita oriunda dos próprios atores e não aquela escrita pelos colonizadores que até o momento subjulgaram o lugar de fala do indígena fazendo de sua voz o disseminador de valores que não lhe são pertencentes, ou seja, utilizando personagens, escritores e atores indígenas para divulgar entre indígenas e não indígenas valores da cultura ocidental cristã.

2 UM AUTOR BILINGUE

Preliminarmente é necessário estabelecer algumas distinções entre os termos literatura

indianista, indigenista e indígena, para tanto utilizaremos como paradigma a distinção apresentada pela autora Janice Cristine Thiéll (2013, p. 1178) que distingue os termos da seguinte forma:

O primeiro, *indianista*, refere-se mais especificamente à literatura do período romântico brasileiro, voltado para a construção de uma identidade nacional. As obras desta literatura, escritas por autores não índios, colocam o índio como personagem, construído como herói ou vilão, dependendo de seu distanciamento da barbárie que sua cultura nativa representa e da sujeição à cultura do colonizador. As obras *indigenistas* são produzidas também por não índios e tratam de temas ou reproduzem narrativas indígenas. A perspectiva ocidental característica destas narrativas pode ser evidenciada pela vinculação dos textos nativos a gêneros literários ocidentais, lendas, por exemplo; entretanto, os gêneros textuais e literários são também gêneros culturais, conseqüentemente construídos a partir de visões de mundo e conceitos diferentes. Já a produção *indígena* é realizada pelos próprios índios segundo as modalidades discursivas que lhes são peculiares.

Feita a distinção, trataremos em nosso artigo da literatura indígena, qual seja a produção literária oriunda de autores índios nas várias modalidades discursivas possíveis, incluindo-se em nosso estudo também o texto científico.

Uma das principais dificuldades que se impõe ao escritor indígena é não poder escrever em sua língua mãe, ou seja, para poder escrever o autor indígena deve ser necessariamente bilingue, dominando a língua ancestral e a língua da escrita que no Brasil é o Português, ocasionando inúmeras variantes conforme podemos notamos na análise do texto de Guessi (2001, p. 2) que segue:

As produções indígenas são escritas tanto em suas línguas de origem quanto em língua portuguesa. Há livros que utilizam apenas a língua indígena; outros, apenas o português; outros ainda que apresentam as narrativas na língua indígena e traduzidas para o português, e, por fim, aqueles que apresentam duas versões (e não traduções) das histórias, uma na língua indígena e outra em língua portuguesa, como é o caso da obra que compõe o corpus de nossa pesquisa.

Ocorre que, o território das nações indígenas não necessariamente estão inseridas no território de um único Estado, situação que dificulta sobremaneira pois pode ser necessária também uma terceira ou quarta língua a depender do tamanho do território, imaginemos o aspecto linguístico do continente Américo onde fala-se português, espanhol, inglês e francês. Tal problemática atinge mesmo um espaço territorial mais reduzido como a América do Sul, onde nações indígenas podem ter como território partes do Brasil e as Guianas por exemplo, que implicaria uma problemática no registro escrito das memórias e ancestralidade de daquele povo, ocasionando ou a fragmentação do território ou registros em línguas distintas.

Apenas por este aspecto já existe enorme limitação de acesso aos autores ao “mundo das publicações”, visto que se exclui parte dos autores pela não domínio da segunda língua, imaginemos nós, que temos como língua mãe as dificuldades impostas que existiriam se necessariamente para podermos publicar nossos livros, artigos ou textos em geral, fossemos obrigados a dominar uma segunda língua como por exemplo o mandarim, o alemão, o russo ou mesmo o inglês.

A tradução de obras, que poderia ser uma solução ao problema, durante séculos de utilização (ou milênios se consideradas as traduções de textos religiosos) tem sido objeto de eterno debate acerca da qualidade da tradução e da perda substancial de valores e significações,

que podem acarretar na consolidação de informações discrepantes da essência da própria cultura do escritor, ocasionando outro processo de expropriação cultural.

Mesmo não existindo a necessidade do domínio de uma segunda língua, dentro da própria língua portuguesa por exemplo, também temos outra limitante que é o domínio da norma culta, acrescida no caso dos textos acadêmicos de outras regras específicas próprias, que também limitam o acesso aos meios editoriais de repercussão e de constituição de acervo científico significativo.

Para Daniel Mundukuru (2020, p.1) o domínio da técnica da escrita é essencial para a transformação com perfeição da memória em identidade, dando vida e voz ao indígena, transformando esse domínio do colonizador em zona de resistência, conforme podemos observar na citação abaixo disposta:

É preciso escrever – mesmo com tintas do sangue – a história que foi tantas vezes negada. A escrita é uma técnica. É preciso dominar esta técnica com perfeição para poder utiliza-la a favor da gente indígena. Técnica não é negação do que se é. Ao contrário, é afirmação de competência. É demonstração de capacidade de transformar a memória em identidade, pois ela reafirma o Ser na medida em que precisa adentrar no universo mítico para dar-se a conhecer ao outro.

Assim, o risco da mudança da plataforma oral, utilizada para a transmissão da cultura indígena por milênios, para a escrita poderia ocasionar sérios riscos de transformação da própria cultura, oriundos de fatores como a limitação do formato escrito ante o oral e também do escrito em língua ancestral traduzido para a língua do leitor, tornando quase impossível a manutenção de toda a dimensão da base cultural que seria afetada sobremaneira pela língua de transmissão.

Em seu texto “Literatura indígena: da oralidade à memória” a escritora indígena Márcia Wayna Kambeba (2018, p. 40), ressalta a responsabilidade do escritor em transmitir os valores de seu povo e o peso da ancestralidade oriundo de tal tarefa conforme podemos observar no trecho abaixo transcrito:

Na literatura indígena, a escrita assim como o canto, tem peso ancestral. Diferencia-se de outras literaturas por carregar um povo, história de vida, identidade, espiritualidade. Essa palavra está impregnada de simbologias e referências coletadas durante anos de convivência com os mais velhos, tidos como sábios e guardiões de saberes e repassados aos seus pela oralidade.

Destarte, também devemos considerar que em muitas culturas indígenas não existe a tecnologia escrita, ou seja, para a utilização da escrita necessariamente devem ser utilizados símbolos linguísticos “brancos/europeus”, ou seja, também na transmissão da cultura indígena existe uma invasão/aculturação ocasionada pelos símbolos e significados da própria escrita da forma que atualmente se apresenta ao mundo globalizado.

O Autor indígena Daniel Mundukuru (2020, p. 1) em seu artigo Literatura Indígena o ténue fio entre escrita e oralidade corrobora a prevalência da oralidade na cultura indígena e a recente adoção da escrita por tais povos, conforme podemos observar na análise do fragmento de seu texto que segue:

A escrita é uma conquista recente para a maioria dos 230 povos indígenas que habitam nosso país desde tempos imemoriais. Detentores que são de um conhecimento ancestral aprendido pelos sons das palavras dos avôs e avós antigos estes povos sempre priorizaram a fala, a palavra, a oralidade como instrumento de transmissão da

tradição obrigando as novas gerações a exercitarem a memória, guardiã das histórias vividas e criadas.

Com as dificuldades acima apresentadas e diante da responsabilidade de construir a memória de um povo os escritores indígenas encontram desafio homérico de construção de sua voz em meio a extinção de sua cultura, ou seja, devem reconstruir sua cultura e acentralidade em outra plataforma dominada pelo seu algoz para poder sobreviver e resistir.

A responsabilidade de tal tarefa impõe criteriosa realização, pois possivelmente irá erguer pilastras sob as quais serão depositadas toda a acentralidade até então transmitida pela oralidade e será o guardião da resistência e sobrevivência de seus povos enquanto bases de identidade.

Importante lembrar que quando pensamos em literatura indígena, devemos nos lembrar da diversidade de povos indígenas, cada qual com sua identidade e ancestralidade próprios, razão pela qual a tarefa de transmissão deve primar pela manutenção de suas especificidades para não ocasionar uma fusão de tais escritos criando uma identidade híbrida, comum aos povos indígenas porém não representando nenhum desses povos.

Sem a distinção dos povos corre-se o risco de novamente a escrita indígena ser transformada em indianismo e voltar novamente a ser utilizada como foi na descrição do índio no período do descobrimento das américas, qual seja, novamente existira um apagamento das memórias, da ancestralidade e da cultura indígena, e a imposição de um ideário colonizador. As palavras de Francis Mary Soares Correia da Rosa em seu texto Representações do indígena na

literatura brasileira nos elucidam bem a luta contra a homogeneização destes saberes pois ensina que: “O movimento literário indígena se coloca enquanto deslocamento e movimento desterritorializante da própria configuração de discursos que homogeneizam os indígenas, a unidade linguística, o discurso histórico e as representações de mundo.”

Ou seja, não podemos correr o risco de na leitura de textos indígenas, não consideremos as especificidades de cada povo em sua cultura e leitura de mundo, considerando os dispares lugares de fala considerando por exemplo a leitura de um texto Tupi igual a leitura de um texto Karib no que se refere aos rituais de tratamento dos derrotados em guerras, pois os valores de tais povos são completamente diferentes neste aspecto para nominar apenas uma das distinções.

O local de fala não pode ser classificado apenas como o local de fala indígena, mais que isso, deve ser classificado como indígena, de determinada etnia, de determinada aldeia, com determinada função social, especificando à miude o local de fala dentro desta comunidade. A fala de mulheres e homens, caciques e pajés deve ser dispare sob risco também de parcialidade da construção da memória escrita daquela cultura criando lacunas e invisibilizando atores o que poderia comprometer o entendimento daquela cultura.

Uma possível solução a gravação dos registros na forma em que ela ocorre, qual seja em língua materna alterando-se a plataforma de registro da ancestralidade e das memórias e saberes dos povos indígenas. Porém, esbarramos aqui na valoração dada pela cultura ocidental, com especial ênfase à comunidade científica, à plataforma escrita, mesmo em tempos onde audiobooks tornam-se cada vez mais frequentes.

Ao nosso ver seria solução mais completa se comparada a tradução ou a escrita em

segundo idioma, visto que poderiam ser registrados silêncios, espaços, entonações e até expressões no caso de gravações audio-visuais, contribuindo assim para a (re)existência de um povo, tratando a temática em formato e plataforma compatível à sua construção, trazendo acessibilidade e inclusão, tratando os desiguais na medida de sua desigualdade.

Ou seja, ao tratar os desiguais na medida de sua desigualdade criamos ferramentas de acessibilidade promovendo a adaptação não dos colonizadores/conquistadores mais sim dos colonizados/conquistados criando espaços de memória e resistência, alterando a lógica do sistema de dominação principalmente onde ela nunca deveria acontecer que é no espaço científico.

Fazer adaptar-se, a ciência, a literatura, a poesia, a educação enfim todo o prisma científico/cultural e não adapta-las seria a maior conquista dos povos indígenas em séculos, pois representaria a quebra do paradigma do conquistador em detrimento do conquistado, verdadeira prova de resistência.

Noutro ponto, existe na produção literária escrita em língua do “branco” vantagens oriundas a interação cultural e da ocupação de espaços educacionais que atendem aos indígenas e não indígenas indistintamente, ampliando o leque de ações políticas, visto que embora a luta seja realizada no campo do dominador e em seus termos, a amplitude do embate por si já resulta em reverberação da discussão e da cultura ocasionando eco das vozes até então silenciadas.

Neste sentido o contexto da produção bibliográfica deve servir de moldura para a compreensão do quadro desta forma específica de representação literária, consideradas assim suas particularidades, local de fala, valores, crenças e visão de mundo conforme corrobora o

fragmento do artigo intitulado “A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira” de Aline Fraça e Naira Christofolletti Silveira (2014, p. 71), abaixo apresentado:

Ao alcançar um contexto de produção bibliográfica, a literatura indígena deve ser compreendida como documento capaz de portar a visão de mundo de um determinado povo, seus hábitos, costumes etc. Compreender o contexto de criação de uma obra com tantas especificidades como as publicações indígenas é fundamental para garantir uma representação bibliográfica fidedigna.

Outrossim, também merece atenção a dificuldade encontrada pelos autores indígenas no tocante a inclusão de suas obras no espaço escolar, visto que a tradição literária europeia constitui elemento que ocupa a quase totalidade das ementas além de sua bibliografia básica e complementar, parte desta problemática ocasionada pelo desconhecimento dos professores dos autores indígenas ocasionada pela deficiência de formação ou pelo julgamento equivocado das obras segundo critérios canônicos ocidentais de literalidade, conforme nos indica Janice Cristine ThiéII (2013, p. 1177), que segue:

Por sua vez, o espaço escolar promove repertórios canônicos de tradição literária europeia, incluídos em antologias ou considerados leitura obrigatória para referência em qualquer círculo de discussão acadêmica. Professores desconhecem os autores indígenas ou julgam suas obras por critérios canônicos ocidentais de literariedade, o que faz com que não reconheçam nestas textualidades valor estético comparável àquele dos textos recomendados nos currículos e exigidos em exames e concursos.

A inclusão dessa literatura nos currículos escolares e universitários atende aos interesses dos povos indígenas vez que serve também como instrumento de divulgação de sua cultura e

espaço de resistência em território teórico predominantemente europeu/colonizador, ou seja, espaço de luta no bojo do dominador razão pela qual muito embora existam enorme dificuldades na produção e divulgação de tais obras exista tanto interesse dos autores indígenas em tais espaços.

Para tanto o papel de uma nova geração de indígenas surgida nas duas últimas décadas, que obteve importante espaço nas universidades como alunos e professores é de suma importância para a conquista e manutenção de tais espaços, garantindo através da interação de jovens e mais velhos da transmissão da oralidade para a escrita sem substancial prejuízo, pois o próprio interprete/escritor possui substancial equiparato cultural indígena e não indígena para propiciar a transição das plataformas de transmissão cultural, conforme preceitua Érika Bergamasco Guesse (2013, p. 2):

Nesse contexto, além de aprenderem ou aprimorarem o domínio do língua portuguesa escrita, muitas tribos indígenas, anteriormente ágrafas, intensificaram o processo de construção de sistemas alfabéticos escritos de suas próprias línguas de origem. Portanto, uma característica significativa da literatura escrita indígena é sua estreita e profunda relação com a tradição oral; são as narrativas tradicionais, as canções e poemas, antes transmitidos apenas através da oralidade, que estão sendo escritos pelos próprios índios. Vale ressaltar que essa relação entre a oralidade e a literatura escrita não é a única que caracteriza a prática escritural indígena, mas é um elemento central e fundamental desse processo.”

Tal assertiva é corroborada pelo fragmento de Vas e Castro (2020, p.161) em que comentam:

As textualidades indígenas surgem por intermédio de representantes de etnias que utilizam a literatura como instrumento de divulgação dos seus costumes. Em várias aldeias brasileiras tem ocorrido uma interação entre os mais velhos e os mais novos, em que os mais velhos considerados mais sábios, se dispõem a narrar às histórias de seus povos, enquanto os mais novos, que estão envolvidos no processo educacional e literário, escrevem aquilo que ouvem para que seja editado, publicado em forma de livro e utilizado tanto pelo público indígena, quanto pelo público “branco”.

Portanto, embora existam inúmeras dificuldades na produção e divulgação da literatura indígena, existindo inclusive discussão acerca da viabilidade e responsabilidade na elaboração de tais obras no formato escrito em alfabeto e língua européias, conclui-se que o acesso universitário de pessoas de origem indígena propicia elementos que trazem segurança na garantia da construção de textos que preservem a ancestralidade, cultura e distinção entre os vários povos indígenas, constituindo tais escritos em espaço de resistência e memória importantíssimos para a sobrevivência de seus atores.

Para Guesse (2013, p. 2) a utilização da escrita na língua de dominação configura importante instrumento político na defesa dos direitos e interesses indígenas pois amplia o espaço de luta e resistência em território do próprio conquistador, ocasionando registro, reflexões e interação cultural transformando e sendo transformada.

O que podemos verificar nesse processo é que a língua do branco, utilizada anteriormente como instrumento de dominação e manipulação de saberes, passa agora para o domínio escrito do índio. O que antes era uma “arma” contra passa agora a ser uma “arma” favorável ao indígena, uma ferramenta que possibilita sua expressão imaginativa, comunicativa e também um instrumento político para a divulgação e valorização de sua cultura, seus costumes e seus direitos.

Assim, consideradas as duas vertentes que defendem a utilização de mecanismos diversos da escrita para o registro da cultura indígena tendo como objeto a manutenção da integralidade e da pureza da tradição oral e frontalmente contrária a corrente que defende o domínio da língua do “branco” para sua utilização como instrumento político na divulgação e valorização de seus interesses, concluímos que ambas possuem vantagens e desvantagens e que em verdade são linhas complementares de registro, que associadas às políticas públicas de inclusão escolar e universitária promoverão a sobrevivência e resistência dos povos indígenas na sociedade multicultural chamada Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto buscou compreender as dificuldades da produção literária e científica indígena ocasionadas pela transição da oralidade para a escrita, pela exigência de fluência em dois ou mais idiomas pelo autor indígena, em razão da responsabilidade na individualização dos distintos povos indígenas, na reponsabilidade pela guarda da cultura, língua e ancestralidade, pelas inúmeras dificuldades oriundas do domínio dos textos literários europeus nos currículos escolares. Ainda, nas especificidades desses textos e de seus sentidos, além das dificuldades ocasionadas pela luta por espaços de resistência e sobrevivência num mundo globalizado onde prevalece uma homogeneização cultural, ocasionada pelos meios de produção cultural e literária oriundos da indústria e dos meios de dominação presentes na atual conjuntura mundial.

Por fim, sabemos que a leitura dos diferentes gêneros textuais, sobretudo literários auxiliam em uma visão mais plural de mundo, nesse sentido, possibilitar leituras diversas à europeia, a exemplo da literatura indígena, favorecerá olhares menos preconceituosos e mais conscientes dos diversos sujeitos sociais e menos pejorativas sobre o outro e sua cultura.

REFERÊNCIAS

FRANCA, Aline; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. **TransInformação**, Campinas, 26(1):67-76, jan./abr., 2014.

GUESSE, Érika Bergamasco. Prática escritural indígena: língua e literatura fortalecendo a identidade e a cultura. **Anais do SILEL**. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

KAMBEBA, Márcia Wayna. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.) **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

MUNDUKURU, Daniel. Literatura Indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade. **Peiropolis**. 2020. Disponível em: <https://www.editorapeiropolis.com.br/literatura-indigena-e-o-tenuo-fio-entre-escrita-e-oralidade/>. Acesso em 08 de jun. de 2021.

THIÉLI, Janice Cristine. A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/PJsZ4S3tMLKBmyJ83VKXcQg.pdf>. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

VAS, Braz Batista; CASTRO, Daiana Roze Pajeú Silva. Oralidade e escrita: afirmação e

resistência cultural a partir de uma obra literária indígena. **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.3 – 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Direito/Downloads/1230-Texto%20do%20artigo-8334-2-10-20200309.pdf>. Acesso em: 08 de jun. de 2021.